

SOBRE O CONCEITO DE PESQUISA EM FILOSOFIA

Os gregos pediam da pesquisa em filosofia teórica (a única considerada nesta nota) que descobrisse os primeiros princípios, entendendo que o saber científico podia ser fundamentado em proposições e conceitos primitivos. O primeiro a fazer uma teoria normativa dos fundamentos do conhecimento, Aristóteles, exigiu que o número de elementos constitutivos dos fundamentos de uma ciência fosse finito, e que esses elementos dissessem respeito a um mesmo domínio do real. Estipulou que os conceitos primeiros devessem ser imediatamente compreensíveis (sendo, por isso, indefiníveis) e suficientes para definir todos os outros conceitos. Além disso, que as proposições primitivas devessem ser imediatamente evidentes (sendo, por isso, indemonstráveis) e suficientes para derivar todos os teoremas.

Sabemos pela história da pesquisa filosófica que a busca dos fundamentos do saber científico dentro do programa aristotélico resultou em repetidos fracassos. Invariavelmente, as propostas de fundamento de tipo aristotélico revelaram-se insuficientes; e as que se mostravam suficientemente poderosas para definir e derivar o que se queria, ou não eram compreensíveis ou careciam de evidência. O ceticismo histórico que decorre dessa experiência de pensamento levou Kant a reformular o programa aristotélico de pesquisa em filosofia teórica.

Segundo Kant, o objetivo da pesquisa científica é o de ampliar de um modo maximal consistente o saber empírico. As condições básicas para alcançar tal objetivo são dadas pela constituição do aparelho cognitivo humano. Elas são as formas de intuição, os princípios do entendimento e as máximas da razão. As formas da operação de intuição impõem *a priori* uma estrutura ao mundo fenomenal. Os princípios do entendimento, por sua vez, desempenham um duplo papel: por um lado, garantem a possibilidade, isto é, a verdade e a decidibilidade das proposições filosóficas, matemáticas e de experiência nesse mesmo mundo fenomenal; por outro lado, justificam a aplicação de construções matemáticas e de procedimentos heurísticos mais fracos (tais como, por exemplo, as analogias) na decisão das proposições possíveis. Finalmente, as máximas da razão fornecem guias heurísticos para uma ampliação sem limites do saber empírico em forma de um sistema.

Nenhuma dessas condições kantianas de pesquisa científica é aristotélica. As formas da intuição caracterizam apenas as propriedades dos objetos que podem ser constituídas pelo nosso aparelho cognitivo no domínio das sensações. Os princípios de entendimento não são aristotélicos por também só valerem para nós, por não serem diretamente evidentes e por não serem suficientes para derivar a totalidade das proposições de nossa ciência em particular. Tanto as formas da intuição como os princípios do entendimento são, na verdade, um tipo inteiramente novo de primeiros princípios, pois não mais caracterizam um domínio do real e sim as operações subjetivas de constituição do real para nós. Assim, os princípios do entendimento, incluindo o princípio da causalidade, não fazem mais parte de uma ontologia no sentido tradicional, mas da semântica transcendental das proposições objetivamente válidas em geral e do cânone doutrinal de sua decisão.

Cadernos de História e Filosofia da Ciência 5 (1983), pp. 135-137.

As máximas da razão são ainda menos aristotélicas. Pois, segundo a semântica transcendental que acabo de mencionar, elas não são nem mesmo proposições possíveis, não podendo, portanto, ser decididas como verdadeiras ou falsas. O seu papel na pesquisa científica é apenas o de orientar a busca de uma unidade sistemática do saber objetivo possível.

Está claro que a teoria kantiana de pesquisa científica, coextensiva, como vemos, à crítica da razão teórica e à filosofia transcendental, é baseada em soluções dos seguintes problemas:

1. Qual é o domínio das proposições *a priori* possíveis e por isso decidíveis?
2. Quais os procedimentos *a priori* para decidir proposições?

Parece sensato supor que Kant pediria, a qualquer teoria complementar ou alternativa à sua, soluções para os mesmos problemas. Estamos, portanto, autorizados a pensar que, segundo Kant, o objetivo básico da pesquisa em filosofia teórica é o de resolver o problema geral de solubilidade e de especificar as propriedades gerais dos procedimentos de resolução.

Creio que, ainda hoje, o melhor programa para a pesquisa na filosofia teórica é o kantiano, tomado no sentido aqui especificado. É óbvio que esse programa sugere a busca de uma teoria geral da descoberta científica. Tal teoria deverá dar conta do surgimento dos problemas em geral, da representação e formulação dos problemas, dos procedimentos gerais para a resolução de classes (infinitas) de problemas, da natureza do solucionador, humano ou mecânico, desses problemas, etc. Uma consequência desse programa é que a pesquisa filosófica teórica passa a ser estreitamente ligada à pesquisa científica. A teoria dos métodos da resolução dos problemas matemáticos, por exemplo, é hoje em dia uma parte substancial da própria matemática. Do mesmo modo, a teoria geral da descoberta não poderá dispensar as contribuições da lógica, psicologia, lingüística e outras ciências cognitivas. Nem por isso o seu caráter filosófico poderá ser contestado. Pois ela conterà necessariamente teses gerais sobre leis lógicas, verdade, provas, decidibilidade, etc., isto é, sobre teses típicas da filosofia teórica moderna. É claro que o estudo de tais teses precede logicamente qualquer tentativa racional de formulação ou de resposta de qualquer questão científica. Assim, o problema de dizer o que é uma prova legítima é anterior ao problema de achar uma tal prova. O primeiro, tipicamente filosófico por envolver considerações sobre as leis lógicas aceitáveis, sobre a verdade, etc., condiciona o segundo, que caracteriza a pesquisa positiva. Generalizando, podemos tratar como pertencentes à filosofia teórica todos os problemas cujas soluções contribuem para especificar, e assim tornar possíveis ou decidíveis, os problemas científicos. Todos aqueles problemas poderiam, por isso, ser chamados de transcendentais.

Poderia parecer pouco pedir da filosofia teórica que estude apenas a descoberta científica. Essa é, entretanto, a consequência inevitável do ceticismo histórico: ou abandonamos de vez o empreendimento de buscar o saber teórico, ou nos contentamos em formulá-lo como um sistema de respostas a questões sobre a natureza, que sabemos solúveis em virtude da constituição do aparelho cognitivo de que dispomos. A elaboração de um tal sistema foi repetidamente proposta como tarefa precípua da filosofia teórica, não somente por filósofos, mas também por alguns dos maiores cien-

tistas modernos, acostumados a conviver com o ceticismo. Ouçamos Boltzmann: “Se, portanto, a filosofia conseguisse criar um sistema tal que, em todos os casos, ficasse claro quando uma questão não é justificada, de modo que aos poucos fosse se extinguindo o impulso natural que nos faz levantá-la, teríamos resolvido de uma vez os enigmas mais obscuros e a filosofia tornaria a fazer jus ao nome de rainha das ciências.”

O caráter transcendental dos problemas filosóficos teóricos proíbe que eles sejam confundidos com problemas científicos. Por isso, a pesquisa na filosofia teórica não deve ser naturalizada. Do mesmo modo, ela não deve ser politizada. Sem dúvida, idéias práticas e interesses práticos concretos de cada época ou lugar poderão dirigir a formulação dos problemas filosóficos teóricos, como se dá em Kant. Ele mesmo forneceu bons argumentos que mostram como a solubilidade dos problemas práticos depende da solubilidade dos problemas teóricos. Mas há exigências irrecusáveis sobre as soluções dos problemas teóricos que não pertencem ao domínio de nenhuma teoria prática, pois caracterizam as condições de possibilidade do conhecimento, e não as da ação livre. Por isso mesmo, o conceito de uma filosofia teórica nacional, brasileira, por exemplo, ou é vazio de sentido ou é apenas um conceito de ciência positiva, isto é, da sociologia.

A presente explicitação do conceito de pesquisa em filosofia teórica é baseada numa determinada compreensão da história da pesquisa filosófica e científica, resultado de um diálogo com grandes filósofos e cientistas. Esse diálogo só é possível havendo acordo e divergência. A responsabilidade para com ambos fica por conta de quem quer fazer filosofia: ele mesmo deve estabelecer a identidade que sustenta o acordo, é ele também quem deve constituir a diferença, que impõe a divergência. Nos dois casos, corre o risco de se perder. Mas sem esse risco não há boas oportunidades filosóficas. Quem corre riscos buscando oportunidades está em crise. É a crise, portanto, que faz, a meu ver, a filosofia ter seu lugar e sua vez.

ZELJKO LOPARIĆ

Universidade Estadual de Campinas
Secretário da ANPGF